



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

16/08/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## 3,3 milhões de pessoas estão há pelo menos dois anos em busca de trabalho

Um quarto dos desempregados do Brasil, ou 26,2%, o equivalente a 3,347 milhões de pessoas, estão em busca de emprego há pelo menos dois anos, divulgou nesta quinta-feira (15) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O registro é o maior para um trimestre desde 2012. Em um ano, houve um acréscimo de 196 mil pessoas no total das que procuram emprego há dois anos ou mais. Em 2015, esse total era de 1,435 milhão de pessoas. “A proporção de pessoas a procura de trabalho em períodos mais curtos está diminuindo, mas têm crescido nos mais longos. Parte delas pode ter conseguido emprego, mas outra aumentou seu tempo de procura”, disse a analista da pesquisa, Adriana Beringuy. A maior parte, 45,6%, dos desocupados estavam de um mês a menos de um ano em busca de trabalho; 14,2%, de um ano a menos de dois anos e 14,0%, há menos de um mês. Para economistas consultados pela **Folha**, o número, de 3,347 milhões de pessoas, preocupa.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/08/2019

## Empresas alongam licença-paternidade enquanto projetos de lei não avançam

Apontada como chave para o desenvolvimento infantil e a redução da desigualdade de gênero no ambiente profissional, a ampliação da licença-paternidade tem sido tema de debate público e em empresas privadas. A Constituição brasileira só garante cinco dias de licença aos pais, que podem ser prolongados apenas se o empregador for cadastrado no programa Empresa Cidadã. Nesse caso, são concedidos mais 15 dias, cujo valor pode ser abatido dos impostos federais. De acordo com dados da Receita, mais de 22 mil empresas no país participam. É um número ínfimo. Na Suécia, por exemplo, pais têm direito a 90 dias de licença com pagamento de 80% do salário, prorrogáveis por outros dez meses, que podem ser compartilhados entre pai e mãe. Em março deste ano, foi aprovada na Espanha uma lei que oferece 16 semanas de licença tanto aos pais quanto às mães. A mudança entrará em vigor em 2021 e será o benefício mais longo entre os países europeus com pagamento integral da remuneração. Hoje, aqui no Brasil, 22 projetos de lei tramitam na Câmara para aumentar os dias para os pais – isso além de propostas exclusivas de categorias ou em casos específicos, como adoção ou morte da mãe. As proposições variam de dez dias a três meses, como no PL 2786/2019 de Luzianne Lins (PT-CE). Alguns desses projetos correm há anos. Como o PL 3935/2008, proposto pela ex-senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), que há 11 anos passa por várias comissões e aguarda apreciação no plenário. Enquanto a legislação não avança, empresas brasileiras têm aumentado o benefício voluntariamente. De acordo com pesquisa feita com 640 companhias, 21% oferecem licença-paternidade estendida. O levantamento é da corretora de seguros AON. Rafaela Mattioli, diretora de benefícios da organização, diz que na edição anterior do estudo, em 2016, não se analisava esse índice porque não era prática comum. “É um indicador que precisa ser acompanhado, por mostrar a tendência de discussão de igualdade dentro das organizações”.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 10/08/2019

## **Oposição pressiona, e calendário da votação da Previdência no Senado é adiado em uma semana**

Após pressão da oposição, o calendário de votação da reforma da Previdência vai ser adiado em uma semana no plenário do Senado. Inicialmente, a previsão era realizar o primeiro turno de votação no dia 18 de setembro e o segundo em 2 de outubro. Um calendário chegou a ser entregue aos líderes partidários na reunião que fizeram na terça-feira (13), na presidência do Senado. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), havia dito, após a reunião, que sua intenção era promulgar a PEC (proposta de emenda à Constituição) entre até 10 de outubro. No entanto, a oposição ao governo Jair Bolsonaro (PSL) disse não aceitar que segundas e sextas-feiras, quando geralmente não há sessões no Congresso, fossem consideradas na contabilidade dos prazos previstos regimentalmente. Com isso, a votação em primeiro turno ficou para 24 de setembro, enquanto o segundo turno será em 10 de outubro.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/08/2019

## **PIS/Pasep: benefício para os nascidos em agosto já está liberado**

O abono salarial do calendário 2019/2020 do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), para os beneficiários nascidos em agosto, já está liberado desde essa quinta-feira (15). Os trabalhadores com inscrição no PIS recebem na Caixa Econômica Federal. De acordo com o banco, o valor total disponibilizado para os nascidos em agosto é de R\$ 1,4 bilhão destinado a 1,6 milhão de beneficiários. O trabalhador com inscrição no Pasep recebe o pagamento no Banco do Brasil. O dinheiro do benefício pode ser sacado até 30 de junho de 2020 e pode ser consultado, no caso do PIS, pelo Aplicativo Caixa Trabalhador, no site do banco ([www.caixa.gov.br/PIS](http://www.caixa.gov.br/PIS)) ou pelo telefone 0800 726 0207. Os titulares de conta individual na Caixa, com cadastro atualizado e movimentação na conta, recebem o crédito de forma automática. Tem direito ao benefício o trabalhador inscrito no PIS ou no Pasep há pelo menos cinco anos e que tenha trabalhado formalmente por pelo menos 30 dias, em 2018, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

Fonte: Agência Brasil - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-08/pispasep-beneficio-para-os-nascidos-em-agosto-ja-esta-liberado>

## **Movimento sindical avalia: mudanças na MP 881 ainda precarizam trabalho**

O movimento sindical avalia as modificações feitas pela Câmara, na terça (13), no texto da Medida Provisória 881. Para os sindicalistas, a proposta ainda precariza as relações de trabalho. A Emenda Aglutinativa que alterou a chamada "MP da liberdade econômica" foi aprovada por 345 votos a favor e 76 contra. O texto, transformado no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 17/19, caiu de 53 para 22 artigos. O Projeto altera leis como o Código Civil e a CLT.

UGT - Ricardo Patah, presidente da UGT e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, diz que a retirada de alguns pontos do texto beneficia os trabalhadores. "Felizmente foi mantido o adicional de periculosidade para motoboys. Esses trabalhadores estão sujeitos a acidentes. A manutenção das Cipas também foi importante", afirma. A proposta estabelecia o fim do adicional de periculosidade de 30% para motoboy e quem mais usa motocicleta na profissão. Patah lamenta a liberação do trabalho aos domingos e feriados. "Colocaram um bode na sala. Disseram que seriam seis domingos trabalhados para um de folga. O relator voltou atrás e manteve o texto original, um domingo de folga a cada três trabalhados". "Só na cidade de São Paulo que esse item da MP 881 não terá efeito. A cidade tem uma legislação própria que impede o trabalho além dos dois domingos, sem que haja negociação coletiva. Essa lei é ligada ao Artigo 30 da Constituição. Portanto, só através de PEC para alterar", explica o sindicalista. Ao todo são 500 mil comerciários em SP, nos mais de 140 mil pontos de venda.

Leia mais: Agência Sindical - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>